

Avenida Brasil
Lídia Jorge
Garcia-Roza
História do Livro

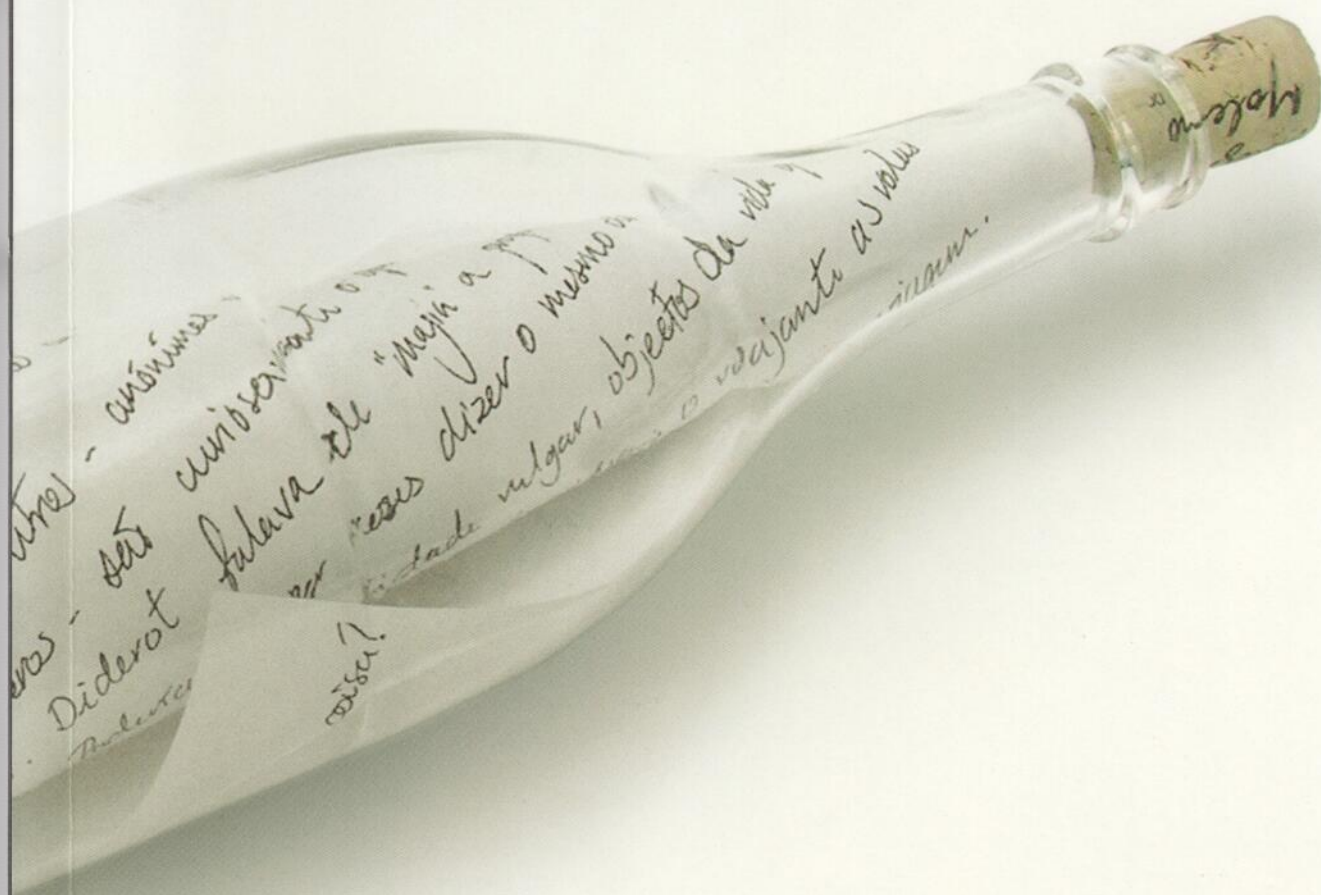
LER

Livros & Leitores

64

Outono 2004 € 5.00

Publicação trimestral



viagem

ooutrolugar



Fundação
Círculo de Leitores

**O Outro Lugar encontra-se
no final daquilo que será
sempre uma aventura.**



LER

Livros & Leitores

64

Publicação
Trimestral

Directora

Mafalda Lopes da Costa

Direcção de Arte e Paginação

Silval designers: Jorge Silva,
Levína Valentim, Marta Anjos

e João Caetano

Secretária da Revista

Maria José Pereira

Capa

Silvaldesigners

Fotografia Abertura

Raquel Porto

Cronistas Abel Barros Baptista, Eduardo Pitta, Eugénio Lisboa,
João Barrento, Onésimo Teotónio Almeida

Colaboram nesta edição

Alain Rubens, Alex Gozblau, Baptiste Liger, Carlos Vaz Marques, Clémence Boulouque, Francisco José Viegas,
François Moureau, João Carlos Barradas, João Ramalho Santos, João Tiago Proença, Jorge P. Pires, Jorge Reis-Sá,
José Guardado Moreira, José Vegar, Luísa Ferreira, Marta Lança, Paulo Lopes, Pedro Nora,
Raphaël Enthoven, Sandra Silva.

Fundação Círculo de Leitores

Presidente do Conselho de Administração

João Alvim

Administrador da Publicação

João Alvim

Redacção e Administração

R. Prof. Jorge da Silva Horta, n.º 1, 1500-499 Lisboa

Telef. 21 762 60 00, Fax 21 762 61 50,

Correio electrónico: ler@circuloleitores.pt

Propriedade Fundação Círculo de Leitores, Pessoa Colectiva n.º 503 476 080

Montagem, Pré-Impressão e Impressão

Projectão - Arte Gráfica, S.A. -

Quinta do Lavi, Armazém n.º 1 - Parque Industrial da Abrunheira - 2710-089 Sintra

Distribuição Civilização Editora

Tiragem deste número 16 000 exemplares

Próxima edição Dezembro de 2004

Depósito Legal 18 577/99

[Registo na DGCS n.º 112 525 de 8/9/87]

Preço por número 5€;

Assinatura anual em Portugal 19€; Estrangeiro: Europa, 26€

Resto do Mundo: 40€

© Fundação Círculo de Leitores, 2004

Apoio:



VIAGEM ³⁷

o outro lugar

horizontes da viagem

viagens medievais

a felicidade das ilhas

Textos de **François Moureau,**
Paulo Lopes, Clémence Boulouque,
Raphaël Enthoven, Baptiste Liger
e **Alain Rubens**
Ilustrações de **Pedro Nora**

viagens medievais

Texto de **Paulo Lopes**

Enquanto problemática historiográfica, o tema da viagem e dos viajantes na Europa está tradicionalmente associado aos períodos moderno e contemporâneo, ficando a Idade Média relegada para um plano secundário. Tal deve-se à consideração de que, nos séculos medievos, o predomínio da ruralidade, a extrema debilidade da vida urbana e as trocas comerciais de médio e largo curso não favoreceriam as deslocações.

Contudo, nos últimos decênios, vários estudos têm contribuído para afastar, ou pelo menos matizar, esta visão demasiado global e apriorística, tanto no aspecto das práticas sociais, como no do imaginário. Sobretudo para o período posterior ao século XII, os historiadores têm vindo a demonstrar que a sociedade do Ocidente medieval conheceu uma intensa circulação de homens e de ideias, estando hoje disponível uma vasta série de trabalhos sobre viajantes tão diversificados como os peregrinos, os cavaleiros, os eclesiásticos, os exploradores ou, num campo mais tradicional da investigação, os muitos mercadores das cidades emergentes na Europa dos séculos XIII, XIV e XV.

Sabemos actualmente que o homem medieval viajou muito mais do que aquilo que se supunha. Isoladamente ou, sobretudo, em grupo, conhecemos como percorreu os caminhos internos e externos da cristandade ocidental, trocando experiências, técnicas, conhecimentos e ideias que, no seu conjunto, contribuíram para a progressiva afirmação de uma civilização com características e valores bem distintos e diferenciados dos que foram próprios das que com ela coexistiram no tempo e no espaço.

Sem as viagens não teria sido possível a génese e afirmação do Ocidente cristão. Em grande parte, as origens medievais da cristandade latina relacionam-se com várias e sucessivas campa-

nhas de evangelização e missionação. Levadas a cabo pelos religiosos itinerantes, contribuíram para anexar ao catolicismo de raiz mediterrânica e urbana vastas regiões rurais europeias e reinos e comunidades outrora situadas, no todo ou em parte, no exterior do antigo império romano-cristão, desde as Ilhas Britânicas à Polónia e à Hungria, passando pela Escandinávia e pela Alemanha. Sem as deslocações dos clérigos, que utilizaram a mesma língua em várias nações – o latim – e tomaram como referência os mesmos textos sagrados, não se teria estruturado e afirmado a civilização medieval ocidental nem a ampla geografia de lugares sagrados que, no interior e mesmo no exterior da Europa, suscitavam múltiplas peregrinações, sendo a partir delas, aliás, que se foram organizando e estabelecendo muitos dos itinerários seguidos e percorridos pelos viajantes medievais. Na Idade Média, os cristãos que cruzavam os caminhos do Ocidente, quer fossem reis, senhores, camponeses, clérigos, monges, funcionários, artesãos, almocreves e mercadores, quer apenas pobres, fugitivos ou vagabundos, eram, simultânea ou exclusivamente, peregrinos em busca dos santuários e das relíquias que lhes permitiam obter graças e protecções celestes.

Neste sentido, a viagem medieval transcendia a dimensão de uma deslocação simplesmente motivada por preocupações e necessidades profanas, que, embora presentes em todos os viajantes, acabavam por se misturar ou subordinar a objectivos de ordem espiritual e religiosa, fazendo com que o caminhante encarasse os itinerários como uma demanda do sagrado e a possibilidade de assim ver perdoados os seus pecados e de salvar a sua alma.

Os relatos medievais de viagens intercalam frequentemente as notícias da observação e a realidade presente nos itinerários com os

aspectos transcendentais, maravilhosos ou fantásticos que os viajantes encontravam, desafiavam ou venciam. Na floresta de símbolos em que se tornam os caminhos, recordam-se, insistentemente, as marcas que ameaçavam ou protegiam os que neles se aventuravam, permitindo-lhes encontrar os poderes capazes de afastar o medo e o receio do «outro», assim como a desordem e o perigo que esse encontro implicava.

Numa civilização de base rural em que as viagens significavam mais ou menos longas rupturas com as práticas e os valores do quotidiano familiar e social, encontrar e assegurar protecção divina para as dificuldades e para os receios era tão essencial como a rigorosa escolha do momento e dos meios para que fosse possível percorrer os caminhos com alguma segurança e tranquilidade. Quer se tratasse da simples jornada de um camponês às terras do senhor feudal para prestar um dia de trabalho, quer uma peregrinação a Compostela ou à Terra Santa, a viagem medieval requeria especiais cuidados materiais e espirituais, os quais variavam, contudo, em função das distâncias, das motivações, das expectativas e das posses dos diversos grupos sociais: mercadores, camponeses, nobres e clero.

os livros

Muitas das viagens da Idade Média deram origem a testemunhos escritos, os chamados livros de viagens medievais, que, tomados no seu todo, formam um género multifacetado. São obras de carácter diverso, que têm na sua base propósitos igualmente diferenciados. No entanto, apesar das múltiplas variantes, a articulação, presente em todas, do discurso documental com o literário atribui-lhes um perfil singular. O discurso documental, dominante, faz com que a descrição, principalmente do mundo urbano, assumia uma importância crucial, dominando sobre

os aspectos narrativos, o discurso literário. Daqui resulta que os livros de viagens oferecem uma visão bastante clara da concepção do mundo e da realidade na Idade Média e constituem uma fonte da cultura medieval.

Alguns dos mais emblemáticos relatos de viagens elaborados durante a Idade Média são *A Fazenda do Ultramar* (Aimerich), *Andanças e Viagens* (Pedro Tafur), *Cartas de Cambalique* (João de Montecorvino), *Embaixada a Tamerlão* (González de Clavijo), *História Maravilhosa do Grande Cã* (Ricoldo de Montecroce), *Liber Sancti Jacobi* (Américo Picaud), *Livro das Maravilhas* (Marco Polo), *Livro de Viagens* (Benjamin de Tudela), *Relação de Viagem* (Abu-Hamid), *Topografia Cristã* (Cosma Indicopleusta), *Viagem* (Odorico de Pordenone).

Viajar é uma das necessidades mais antigas do homem, e as numerosas obras literárias medievais que se serviram da viagem como motivo central da sua intriga mais não são que um pálido reflexo das contínuas peregrinações. Todavia, a literatura converteu o simples facto de alcançar um lugar num acto espiritual de enorme transcendência. Nesta medida, os relatos de viagens medievais adquiriram um estatuto muito especial, independentemente de se reportarem a deslocações reais ou imaginárias.

As longas e árduas deslocações ao Oriente dos esforçados membros da ordem franciscana, como Guilherme de Rubruck, João de Plano Carpini, Ricoldo de Montecroce, João de Montecorvino (o único arcebispo de Pequim na Idade Média) e Odorico de Pordenone, provaram que o mundo medieval não foi um mundo fechado, mas percorrido incessantemente, quer ao nível interno, quer em relação a paragens exteriores à cristandade latina. Nem a ausência de comodidades nem o medo do mar ou de dormir em paragens longínquas e desconhecidas impediram os missionários, os peregrinos e

os mercadores de se porem ao caminho, como foi o caso, para referir um exemplo paradigmático, do mercador Marco Polo. Desta imensidão de périplos nasceram relatos preciosos que deram a ver à Europa curiosa «um universo que até então apenas conhecia através das fábulas», segundo Jurgis Baltrusaitis, em *La Edad Media Fantástica*.

Em meados do século XIV a Ásia fecha-se para os europeus. O desmoronamento do império dos tártaros, a conversão ao islão dos mongóis do Turquestão e do Irão, a peste negra e o Cisma terminam com as missões. Em consequência, a recordação das viagens realizadas começa a desvanecer-se na memória dos ocidentais. As lendas ancestrais recuperam terreno na mentalidade coeva e relatos menos verídicos começam a impor-se como verosímeis: cerca de 1350, o suposto John Mandeville escreve uma obra que combina um relato de peregrinação à Terra Santa com um livro das maravilhas da Ásia; em data não muito posterior, mas também incerta, outro autor desconhecido escreve o *Libro del Conosçimiento*. Não é por acaso que estes textos são quase simultâneos e que conheceram uma grande divulgação. Perante a falta de informação em primeira mão, as viagens imaginárias contribuíram para saciar a sede de notícias dos leitores, os quais assimilavam rapidamente estes relatos aos conhecidos, e verídicos, de missionários e de mercadores, operando assim uma complexa conexão entre dados reais e imaginários, entre actualidade e tradição. Para nós, hoje, tais narrativas são diferentes entre si, mas na época coeva não eram. A utilização do *Libro del Conosçimiento* como fonte para viagens reais é prova desse facto.

Quando aplicada à Idade Média, a distinção entre «real» e «fictício» revela-se um exercício pouco operativo. As relações de viagem alternam observações tiradas da realidade com a

descrição dos mitos asiáticos. O conhecimento do espaço não dissipa o elemento lendário e mitológico, em grande parte proveniente da Antiguidade e da tradição bíblica; justapõem-se e complementam-se num todo discursivo sem importar as contradições daí resultantes.

Outro argumento que revela a fraca operatividade da divisão entre relatos reais e fictícios, bem como o carácter simplista destas classificações, reside na intensa interacção entre as obras geográficas e as de viagens. Os textos mesclam-se. Uns inspiram-se, ou são até concebidos, com base em outros. A mesma obra pode ter «diversas» origens, algumas muito diferentes entre si.

Em síntese, os relatos ditos «reais» estão, na Idade Média, repletos de fantasias, ao passo que os relatos classificados como «fictícios» contêm vastas passagens recheadas de informações verídicas, fruto da experiência do autor ou recebidas de alguém que viajou e registou, ou transmitiu oralmente, o seu périplo.

os procedimentos narrativos

Muitos foram os que, provenientes dos diversos quadrantes da sociedade medieval, deixaram testemunho escrito das suas experiências dos caminhos, dando origem a uma vasta literatura: guias e relatos de peregrinação, relações de missionários e embaixadores, relatos de exploradores e aventureiros, e, inclusive, de viagens imaginárias.

Apesar de diversificado, este género recorre a procedimentos narrativos que tornam os relatos de viagens medievais uma forma literária autónoma no panorama da prosa narrativa medieval.

O primeiro, nuclear, é o respeito por um

itinerário. Estas narrativas estão estruturadas em função de um percurso principal, que constitui a espinha dorsal do relato.

A ordem cronológica é outra especificidade dos relatos de viagens. Na prossecução do itinerário, o narrador vê-se obrigado a adoptar uma sequência temporal. Não se trata de uma absoluta dependência do tempo, como ocorre com a crónica ou a biografia. Trata-se antes de fazer recurso de um instrumento que tem por objectivo contextualizar num quadro temporal os caminhos percorridos, ou seja, que funciona como elemento legitimador da verosimilhança da história da viagem.

A ordem cronológica é tanto mais estrita quanto mais objectiva e fiel à realidade histórica se mostrar a relação de viagem, isto é, quanto mais próxima estiver da crónica. Ao invés, quanto mais fabuloso o relato se revelar, menos rigorosa é a ordem cronológica do texto, aproximando-nos neste caso da novela.

Porém, o mais importante no livro de viagens medieval, aquilo que cria a sua verdadeira ordem narrativa, é o espaço, não o tempo. Intimamente associada ao itinerário, a ordem espacial materializa-se nos lugares que se percorrem e se descrevem.

Aqui chegados deparamo-nos com um dado essencial: na prossecução do trajecto nem tudo assume a mesma importância para o viajante, que é forçado a eleger e seleccionar os marcos fundamentais do itinerário: as cidades.

No livro de viagens medieval a cidade converte-se no índice de referência essencial, através do qual se desenvolve a descrição do itinerário. Dessa forma, os centros urbanos vão-se constituindo nos verdadeiros núcleos narrativos, em torno dos quais se organiza o resto do relato, a relação da viagem. De tal forma, que quando não existem cidades numa etapa do itinerário verifica-se uma súbita aceleração do tempo da

narração e do espaço percorrido. O contrário, a presença de uma cidade importante, retarda o ritmo temporal e alarga a narração.

Centro de poder por excelência, a cidade medieval é um espaço superior. Necessário. Vital. A sua nomeação é quase sempre acompanhada de um intenso fervor. A este facto não é estranha a *consciência urbana* que invadiu a Europa a partir do século XII, que determina claramente a forma de os autores pensarem e, sobretudo, darem a ver o mundo nos seus relatos.

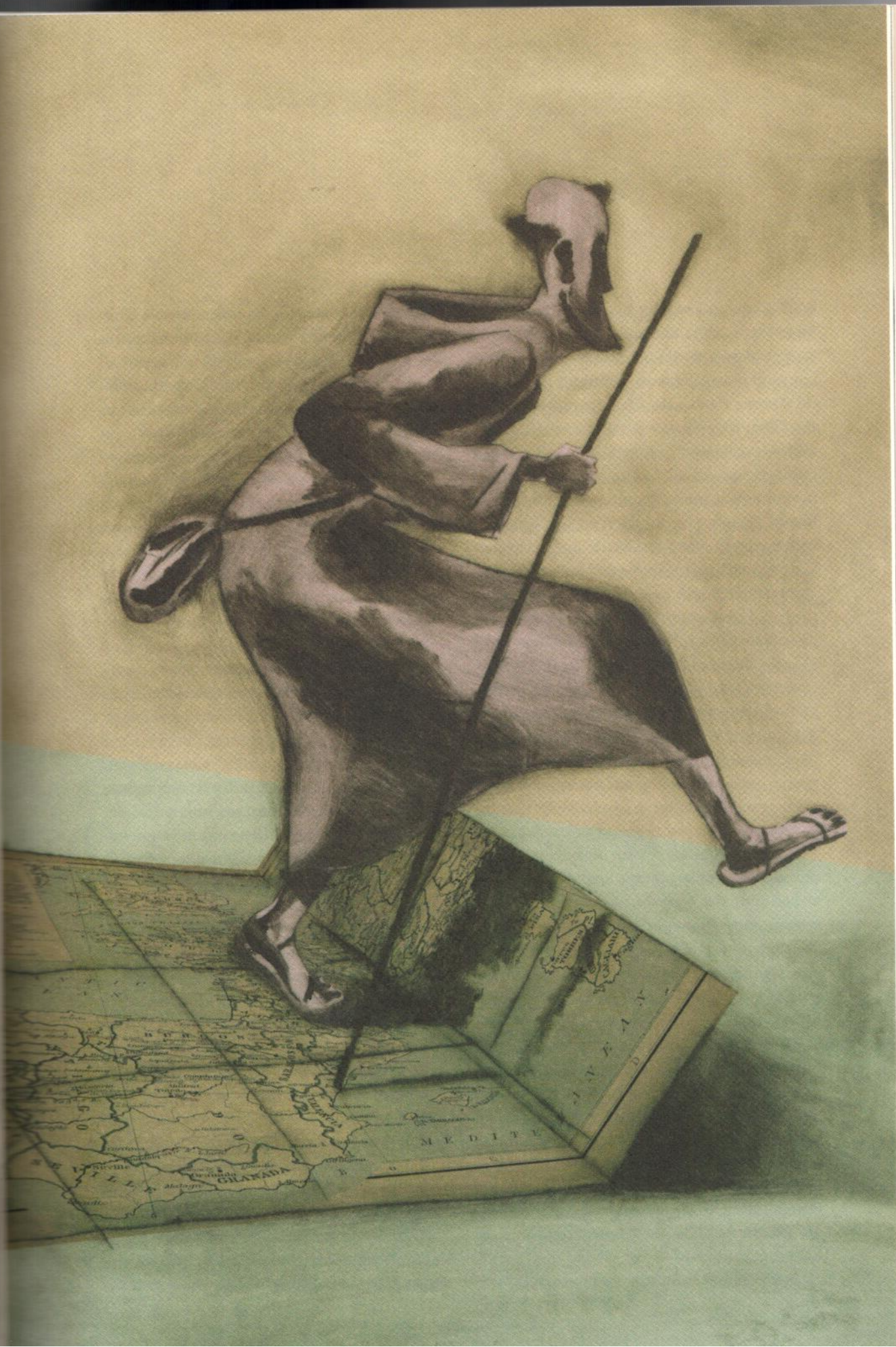
A percepção que o homem medieval tem da cidade é, em grande parte, determinada por quatro modelos míticos: a Jerusalém celeste, destino de toda a bem-aventurança; o seu oposto, a Babilónia, a maldita dos capítulos 17 e 18 do Apocalipse; Roma, fonte de autoridade e de conhecimento; Bizâncio, a maravilha longínqua, fonte inesgotável de relíquias até ao saque de 1204.

Três alicerces fundamentais garantem à cidade um lugar muito específico na mundividência do homem medieval: isolamento (no sentido de individualidade e demarcação do que a rodeia), solidez (segurança e protecção do que vem do exterior, materializada nas muralhas e no exército «pessoal») e verticalidade (no sentido de grandeza e poder).

Hoje, a cidade constitui um espaço amplamente aberto ao exterior, de acesso fácil, mas onde reinam a insegurança e as formas extremas de miséria. Na Idade Média, simboliza o oposto.

A cidade é a Ordem. A sua centralidade em relação à região que integra afasta-a de alguma forma da ruralidade e do exterior selvagem, onde impera a desordem, a violência, o caos. O que fica para lá das muralhas é a antítese daquilo que os seus habitantes procuram nas ruas, praças, campanários e mercados.

Por outro lado, a cidade está sempre associada ao saber, ao estudo e à ciência. É o espaço do



conhecimento, pois é nela que se situa o maior de todos os centros de saber: a universidade.

O tratamento das maravilhas, ou *mirabilia*, constitui outro elemento definidor dos relatos de viagens medievais. Os viajantes interrompem com frequência a prossecução do seu itinerário para narrar os *mirabilia* que se lhes depararam no caminho ou de que ouviram falar. São narrativas de carácter fabuloso, intrinsecamente associadas aos espaços percorridos, que provocam grande expectativa nos leitores. Dão conta de um mundo insólito e desconhecido, mas absolutamente real, pois havia sido visto e experimentado pelos autores/narradores, e maravilhoso, porque se relaciona com aquilo que não é visto e observado quotidiana e familiarmente. Um exemplo é o veiculado pela descoberta do maravilhoso real, presente na grandiosidade das construções, como a Igreja de Santa Sofia em Constantinopla. A contemplação de tais realizações — umas humanas, outras naturais — causa grande assombro e admiração no viajante e, posteriormente, no leitor.

Nestes relatos não existe uma clara separação entre geografia, história, lenda e mito. Aqui, ao contrário das *Imago Mundi*, que apresentam estes campos claramente independentes, a menção a um determinado espaço pode servir para evocar um acontecimento político, nomear os seus habitantes fantásticos ou recordar um herói ligado à sua fundação. Lenda e História, fábula e realidade caminham lado a lado, sobretudo nos relatos de viagens fictícias — textos cujo propósito fundamental consistia em elaborar uma síntese dos conhecimentos geográficos num dado momento, e em que a leitura das *auctoritas*, o estudo dos mapas mais ou menos contemporâneos e a utilização das lendas orais e dos testemunhos de viajantes coevos substituem, em grande medida, os acontecimentos reais vividos pelo próprio autor.

Dar a conhecer notícias de uma determina-

da realidade, o mundo da forma que se apresenta aos olhos do viajante, constitui o fio condutor da narrativa de viagens. O importante é a informação que se transmite. Mas estes relatos apresentam-se também como uma iniciação aos enigmas que o mundo encerra nas suas fronteiras. A viagem surge então como o mecanismo por excelência para reflectir sobre a Criação, o tempo, o espaço, a diversidade, a unidade. E vai mesmo mais longe, pois, noutra vertente, assume-se ainda como veículo privilegiado de acesso ao conhecimento. Afinal, percorrer o mundo é igualmente percorrer os seus mistérios, as suas interrogações, o seu passado e o seu futuro.

Neste sentido, ao nível do imaginário, podemos afirmar que os relatos de viagens medievais retomam o espírito da Antiguidade, onde viajar era ver as maravilhas do mundo.

O homem medieval, em particular o viajante, está cansado da trivialidade e da monotonia do quotidiano e da natureza que o rodeia. Procura, por isso, fugir a esse mundo e encontrar um que preencha o vazio que sente. O imaginário torna-se, pois, constitutivo da sua existência, tanto quanto a experiência imediata do real.

Onde pode o homem medieval encontrar os *motives* de fuga à monotonia da realidade? Como não podia deixar de ser, bem longe do centro ordenador que tão bem conhece, isto é, na periferia do mundo. É nos lugares longínquos, isolados e diferentes, que os *mirabilia* se revelam aos olhos do cristão medieval.

O Norte da Europa, a África, a Ásia e os oceanos são o lugar do maravilhoso, onde tudo é possível, mas para lá chegar é preciso viajar. Nessa medida, maravilhoso, espaço e viagem caminham necessariamente de mãos dadas.

O viajante procura a diferença, não a semelhança. Regista o extraordinário, aquilo que o surpreende no Outro, que tão longe encontra.

O derradeiro aspecto que contribui para especificar os livros de viagens medievais reside na forma de apresentação do relato.

Nestes textos, relativamente ao que é comum em outras formas de narrativa medieval, não existem acções paralelas, entrelaçamentos que obriguem o narrador a interromper ou a deixar em suspenso o relato, cuja matéria narrativa essencial é seguir um itinerário. Estamos perante uma narração linear e contínua, protagonizada por um só personagem — individual ou colectivo, real ou fictício —, quase sempre o narrador da história. Esta identidade entre o protagonista e o narrador impõe o eu dos viajantes, expresso na aplicação contínua da primeira pessoa, como forma privilegiada de apresentação do relato.

Tal recurso contribui para tornar mais atractivo e sugestivo o relato para o receptor, a quem transfere mais facilmente, sem um narrador interposto, a experiência vivida ou imaginada. Mas, sobretudo, tem uma função verificadora e testemunhal que reforça a verosimilhança e autenticidade do que é narrado.

Apesar do emprego quase constante da primeira pessoa, os livros de viagens medievais privilegiam os dados externos, não o universo pessoal do viajante — situação que se verificará apenas com a chegada do modernismo. O protagonista é um simples espectador e anotador dos lugares e das coisas que observa; a incursão maior que faz no terreno do pessoal é, por exemplo, para contar as razões por que teve de ficar por algum tempo em determinado lugar.

o público

O público a que se destinavam os livros de viagens, em particular nos finais do século XIV e ao longo do século XV, pertencia, sobretudo, aos círculos cavaleiresco e aristocrático. A razão

era estas obras corresponderem, mais do que a uma ideologia clerical e letrada ou a uma actividade mercantil, à mentalidade e formas de vida cavaleiresca que marcaram a sociedade europeia de Quatrocentos.

Porém, os relatos da experiência dos caminhos atingiam um público mais alargado, ávido de informações acerca dos territórios existentes para lá dos limites conhecidos.

Não é por isso de estranhar que nos países da cristandade tal literatura tivesse exercido sobre os seus leitores uma grande influência, quer pelos factos que nomeava, quer pela significação de que se revestiam na mentalidade colectiva.

É também fundamental não esquecer que os livros de viagens, para além da informativa, desempenhavam uma função pragmática: preencher um vazio e quebrar a rotina, projectando o leitor no espaço e no tempo do texto. Este não se limitava a ler a obra. Interiorizava-a, fazendo suas as referências fornecidas pelo autor.

as repercussões

Os livros de viagens medievais influenciaram de forma determinante as civilizações que os viram nascer. A sua concretização mais assinalável e decisiva foi a de contribuir de forma notável para a ampliação do horizonte de conhecimentos da época. O fascínio pelo novo e pelo desconhecido que transmitiam, a própria experimentação do viajante e um mistério por desvendar eram um permanente incentivo para novas empresas, que culminariam com os descobrimentos geográficos dos fins da Idade Média, a última grande aventura do homem medievo ao nível das viagens.

